

Tudo para ganhar eleitor

Orçamento *Clientelismo marca* *emendas propostas* *à lei orçamentária*

Pedro Monagatti — 28/5/88

BRASÍLIA — O deputado Osvaldo Bender (PDS-RS) quer 10% do orçamento da União para investimentos — mais de Cr\$ 2,2 bilhões — reservados para que deputados e senadores os distribuam “igualmente” aos estados que representam, através de repasses diretos às prefeituras. O senador Espiridião Amin (PDS-SC) quer destinar recursos específicos para a conclusão do trecho da BR-282 em seu estado. Esses são apenas dois exemplos entre as 1.243 emendas que os parlamentares propuseram à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que começam a ser examinadas esta semana pelo Congresso Nacional. As emendas que contemplam interesses estritamente locais ou regionais resultam da desinformação sobre o que significa a LDO e de uma preocupação excessiva em liberar recursos da União diretamente para os municípios onde têm eleitores.

“As tentativas de fazer a vinculação direta de recursos ao atendimento de necessidades locais consolidam o clientelismo”, critica o deputado e economista Luís Carlos Hauly (PMDB-RO), encarregado de elaborar um relatório sobre as emendas à LDO para seu partido. Este ano, os parlamentares encarregados de debruçar-se sobre os dois grossos volumes de emendas à LDO terão um trabalho estafante. O Congresso Nacional bateu seu próprio recorde, apresentando 1.243 emendas à LDO, a lei que fixa os critérios para a elaboração do Orçamento da União. Numa segunda fase, esse orçamento vai ser montado pelo Ministério da Economia para ser enviado ao Congresso no segundo semestre, prevendo as re-



Amin: estrada em vista

ceitas e despesas do governo para o próximo ano.

O problema é que muitos parlamentares desconhecem o objetivo da LDO, cuja finalidade é apenas a de fixar prioridades e restrições à forma como o Tesouro irá liberar os recursos arrecadados dos contribuintes. Muitos, na pressa de agradar seus eleitores, querem destinar verbas diretamente a seus estados e isso, por lei, não é a função da LDO. As destinações de recursos somente podem ser feitas no próprio Orçamento e as emendas erradas, portanto, irão para o lixo.

Mas, ao lado dos clientelistas, há também os que querem ser mais rigorosos do que o próprio Executivo na utilização dos recursos públicos. O senador Odacir Soares (PFL-RO), por exemplo, quer, com uma emenda, restringir o uso de carros oficiais ao presidente da República, aos presidentes da Câmara e do Senado e aos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF). Já o pemedebista Hauly quer que fique proibida a utilização, para outras finalidades, de recursos do Tesouro Nacional que teriam de ser destinados à Previdência, como aconteceu este ano.